

AS DEMANDAS DA CNI PARA A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA (1998 – 2018): UM ESTUDO SOBRE O GÊNERO DISCURSIVO DA AGENDA DA COMPETITIVIDADE

*CNI's demands for Brazilian educational policy (1998 - 2018): a study on
the discursive genre of the competitiveness agenda*

*Las demandas de la CNI para la política educativa brasileña (1998 - 2018):
un estudio sobre el género discursivo de la agenda de la competitividad*

*Fernanda Franz Willers**

RESUMO:

A agenda da competitividade é o projeto de país elaborado e apresentado pelos industriais. Esse artigo tem como objetivo geral o estudo da agenda da competitividade produzida e apresentada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) aos presidentiáveis nos processos eleitorais que ocorreram entre 1998 e 2018. Para tanto, são considerados três pontos, sendo eles: 1) a repetição de um mesmo padrão enunciativo; 2) o jogo discursivo entre as forças centrífugas e centrípetas; 3) o caráter monológico dos discursos. As conclusões foram as seguintes: a CNI procura apresentar os interesses particulares da burguesia industrial como interesse geral do país; a educação escolar é apontada como meio de garantir o aumento: da produtividade, do crescimento econômico e do capital humano; a CNI apresenta maior interesse em disputar as concepções e as políticas voltadas para o ensino médio vinculadas à educação profissionalizante e o ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: Confederação Nacional da Indústria. Agenda da competitividade. Política educacional.

ABSTRACT:

The competitiveness agenda is the country project elaborated and presented by the industrialists. This article has as its general objective the study of the competitiveness agenda produced and presented by the National Confederation of Industry (CNI) to the presidential candidates in the electoral processes that took place between 1998 and 2018. To this end, three points are considered, namely: 1) repetition of the same enunciative pattern; 2) the discursive game between centrifugal and centripetal forces; 3) the monological character of the speeches. The conclusions were as follows: the CNI seeks to present the particular interests of the industrial bourgeoisie as the general interest of the country; school education is seen as a means of guaranteeing an increase in: productivity, economic growth and human capital; the CNI is more interested in disputing the concepts and policies aimed at secondary education linked to vocational education and higher education.

KEYWORDS: National Confederation of Industry. Competitiveness agenda. Educational politics.

RESUMÉN:

La agenda de competitividad es el proyecto de país elaborado y presentado por los industriales. Este artículo tiene como objetivo general el estudio de la agenda de competitividad elaborada y presentada por la Confederación Nacional de la Industria (CNI) a los candidatos presidenciales en los procesos electorales que se desarrollaron entre 1998 y 2018. Para ello se consideran tres puntos, a saber: 1) repetición del mismo patrón enunciativo; 2) el juego discursivo entre fuerzas centrífugas y centrípetas; 3) el carácter monológico de los discursos. Las conclusiones fueron las siguientes: la CNI busca presentar los intereses particulares de la burguesía industrial como el interés general del país; la educación escolar es vista como un medio para garantizar el aumento de: la productividad, el crecimiento económico y el capital humano; la CNI está más interesada en cuestionar las concepciones y políticas dirigidas a la educación secundaria vinculada a la formación profesional y la educación superior.

PALABRAS CLAVE: Confederación Nacional de la Industria. Agenda de competitividad. Política educativa.

O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. (GRAMSCI, 2000a, p. 265)

INTRODUÇÃO

A imposição da agenda global de competitividade através do Fórum Econômico Mundial, determinando as métricas que ranqueiam as economias dos países, orientando investimentos e interferindo na divisão internacional do trabalho, visa a subordinação dos Estados dependentes aos Estados imperialistas e/ou centrais. A partir dos anos de 1960, no campo educacional, teve início a difusão da doutrina da educação como fator de desenvolvimento econômico para países periféricos de capitalismo dependente. Essa doutrina orientou governantes de diferentes campos políticos, influenciados pelos organismos internacionais que passaram a financiar reformas educacionais formuladas pelos ideólogos da teoria do capital humano. O financiamento das reformas educacionais em favor da imposição e manutenção da divisão internacional do trabalho, fortalece o poder de classe da burguesia e busca forjar o consenso de projeto global para educação. Dentre as iniciativas voltadas para esse fim, destaco a imposição da agenda da competitividade global desenvolvida e apresentada pelo Fórum Econômico Mundial (The World Economic Forum), através do *Relatório de Competitividade Global*, que calcula o nível de competitividade global, regional e de países.

Nacionalmente, a CNI se configura como uma das principais defensoras e articuladoras da agenda da competitividade, cumprindo a função de intelectual orgânico

que organiza e dirige a fração de classe industrial, desempenhando importante papel através da elaboração de um conjunto de ideias, concepções, valores e proposições para garantir a hegemonia ideológica desta fração de classe no debate nacional.

A agenda da competitividade elaborada e apresentada pela CNI, enquanto um gênero do discurso, possui como características relativamente estáveis: a organização temática de áreas de interesse, o diagnóstico de cada área e a proposição de ações governamentais. A CNI faz uso de estratégias discursivas para ser assimilada com um projeto político de país que trará benefícios para o conjunto da sociedade. Ao abordar os presidenciais, a entidade reivindica que a agenda industrial seja considerada e incorporada por todos os candidatos fazendo com que, independentemente de qual saia vitorioso, seu projeto, seja, em maior ou menor grau, incluído na política governamental.

O conjunto de dados para a elaboração deste artigo é composto por seis documentos desenvolvidos e apresentados para os presidenciais nas eleições brasileiras de 1998 a 2018: Competitividade e crescimento: a agenda da indústria (1998); A indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento (2002); Crescimento: A visão da indústria (2006); A indústria e o Brasil: uma agenda para crescer mais e melhor (2010); Propostas da indústria para as eleições 2014 (2014); Educação: a base para a competitividade (2018). Nesses documentos, a burguesia industrial apresenta as suas demandas ao futuro presidente, reservando sempre uma seção para reivindicar propostas para a educação.

A partir dos conceitos de gênero do discurso, força centrífuga e centrípeta, esse artigo aponta que as características relativamente estáveis da agenda da competitividade são: a CNI procura apresentar os interesses particulares da burguesia industrial como interesse geral do país; a educação escolar é apontada como meio de garantir o aumento: da produtividade, do crescimento econômico e do capital humano; a CNI apresenta maior interesse em disputar as concepções e as políticas voltadas para o ensino médio vinculadas à educação profissionalizante e o ensino superior. Em 2018, a defesa da educação profissionalizante, enquanto política educacional vinculada à educação básica obrigatória, ganhou mais força através da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Desta forma, a CNI articula o seu projeto político disputando as medidas de implementação da BNCC.

Cabe aqui ressaltar a importância de estudar a relação entre a *agenda da competitividade* e o Estado para compreender os objetivos com tal iniciativa. Por isso, não se pode perder de vista que o Estado é resultado da sociedade dividida em classes sociais, uma vez que é dela que surge a necessidade de que haja um órgão regulador das normas econômicas, políticas e sociais, que se apresente como acima das classes, mas que, na prática, atue como organizador da dominação de uma classe sobre outra. Ao se referir à classe dominante, é importante considerar que ela não é homogênea. A classe capitalista é atravessada por fracionamentos que se traduzem na reivindicação de demandas particulares diante do Estado, assim como no tratamento desigual dessas demandas. Na literatura

gramsciana, as classes e as frações de classe, com vistas a atender seus interesses perante o Estado, criam seus próprios aparelhos privados de hegemonia, compondo aquilo que é conhecido como Estado integral ou Estado ampliado.

O conceito gramsciano de Estado ampliado “permite verificar a estreita correlação existente entre as formas de organização das vontades (singulares e, sobretudo, coletivas), a ação e a própria consciência (sociedade civil) – sempre enraizadas na vida socioeconômica – e as instituições específicas do Estado em sua acepção restrita (sociedade política)” (MENDONÇA, 2014, p. 34). Portanto, “a principal função desses aparelhos de hegemonia seria construir o consenso das grandes massas pouco organizadas, de modo a obter sua adesão aos projetos articulados pelos grupos dominantes” (IBIDEM, p. 35).

Além disso, para Gramsci (1999, p. 399), “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjunto de civilizações nacionais e continentais”. Essa orientação permite compreender o impacto da agenda global da competitividade em países dependentes como o Brasil, que enquanto tal se posiciona de maneira articulada em relação ao centro da economia mundial, assim como entender que, cumprindo a função de intelectual orgânico, a CNI planeja, organiza e divulga documentos que visam influenciar uma série de políticas no âmbito nacional, entre elas as políticas educacionais brasileiras.

A AGENDA DA COMPETITIVIDADE COMO GÊNERO DO DISCURSO

O conceito de gênero do discurso, a partir das formulações de Bakhtin (2011), compreende tanto a ideia de que os diversos campos de atividades humanas estão ligados pelo uso da linguagem quanto a de que cada campo de atividade elabora tipos de enunciados, e, portanto

Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só pelo seu conteúdo (temático) e pelo estilo de linguagem, ou seja, pela seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2011, p. 261-262).

Nesse sentido, compreendemos que *o gênero discursivo da agenda da competitividade* pode ser estudado a partir dos três elementos aos quais Bakhtin se refere: o conteúdo temático, o estilo de linguagem e a sua construção composicional. Apenas para

fins metodológicos esses elementos serão tratados de forma separada, pois como bem sinalizou o autor, os três elementos estão indissolúvelmente ligados.

Entre as características relativamente estáveis desses documentos, devem ser destacadas as seguintes: 1) os documentos contêm uma espécie de diagnóstico da realidade brasileira; 2) os documentos são divididos por áreas de interesse, sendo a educação uma delas; 3) são propostas de agendas para os presidentiáveis; 4) esses documentos respondem à conjuntura educacional – que também é política, econômica e social – a partir dos interesses de classe que representam, determinando seus objetivos referentes à educação, sistematizados em propostas com vistas a dialogar e pressionar os candidatos à Presidência da República para que atendam seus interesses.

O conteúdo temático do *gênero discursivo da agenda da competitividade* é composto por diagnósticos sobre a sociedade brasileira, a organização produtiva global e as proposições que, na visão de quem a elabora, possam gerar crescimento econômico e um melhor posicionamento do país no ranqueamento da competitividade internacional. O estilo ou estilística refere-se à escolha das palavras, ao modo como as frases são organizadas, à norma culta mobilizada, à pontuação, aos destaques, enfim à mobilização dos recursos da língua para dizer o que se quer dizer. Já a construção composicional está relacionada ao emissor e ao destinatário do discurso, ao lugar em que ambos se situam e à própria finalidade do discurso.

Todos os discursos produzidos pela CNI possuem uma orientação social, que “representa a dependência da enunciação do peso sócio-hierárquico do auditório, isto é, do pertencimento de classe dos interlocutores, da sua condição econômica, profissional, etc.” (VOLOCHÍNOV, 2013, p.189, grifos do autor). Os documentos produzidos abordam, em primeira instância, o conjunto de candidatos à presidência da República, já que discursivamente é a eles que os documentos se destinam. Porém, ainda que a intenção de afetar a outros grupos sociais não esteja verbalmente assumida, ela existe, manifestando-se seja quando intelectuais orgânicos da classe industrial se reúnem para definir posicionamentos, propostas e reivindicações que vão orientar industriais e empresários, e/ou quando esse documento é lançado para sociedade em geral e alcança veículos jornalísticos.

O *gênero discursivo da agenda da competitividade*, desenvolvido pela CNI, ao longo de duas décadas, esteve marcado por forças estabilizadoras e desestabilizadoras. Um estudo minucioso dessas forças permite maior compreensão sobre o processo constitutivo da hegemonia, onde a repetição de um mesmo padrão enunciativo cria condições necessárias – do ponto de vista discursivo – para a estabilização ideológica.

AS FORÇAS DISCURSIVAS DA AGENDA DA COMPETITIVIDADE

A fim de adquirir o consenso e a hegemonia diretiva, a agenda da competitividade utiliza da repetição de um mesmo padrão enunciativo como força monologizante e asséptica, de modo que o conflito de classe não seja visualizado/observado. Seguem exemplos de como esse conflito é ocultado por meio da defesa de um interesse geral do país que se materializa discursivamente na agenda da competitividade:

QUADRO 1 – Interesse geral do país

1998	[...] faz-se necessário um programa de educação básica e de treinamento especializado para que o País aumente sua capacidade de produção e absorção tecnológica (p. 76).
2002	Uma ampliação dos recursos e, sobretudo, um bom direcionamento desses recursos para as crianças são expedientes cruciais para se assegurar um bom futuro para elas e para o País (p. 138).
2006	Sem o compromisso com a educação permanente, o País não será capaz de evoluir (p. 132)
2010	A falta de recursos humanos qualificados dificulta o aumento da produção e da produtividade e a própria competitividade do País (p. 153)
2014	[...] o aumento das oportunidades de acesso à educação ainda é decisivo para elevar a renda do trabalhador, mas o grande salto que ainda precisa ser feito, e que beneficiará a todos – trabalhadores e suas famílias, empresas e o país (p. 134).

Elaboração própria com base em: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (1998, 2002, 2006, 2010, 2014, 2018), grifos meus.

Em todos estes enunciados, a palavra *país* é mobilizada como um signo ideológico capaz de conferir ao discurso caráter supraclassista, pois quem se beneficiará da agenda da competitividade é o país, ou seja, ela beneficiará a todas as pessoas que vivem nele. Esse ideal de interesse geral permeia todos os enunciados, mas torna-se mais nítido no enunciado do documento de 2014, que afirma que todos serão beneficiados, os *trabalhadores* e suas *famílias*, as *empresas* e o *país*. A inclusão da classe trabalhadora é uma força centrífuga que incorpora o discurso de uma classe que não está representada na elaboração do documento. Ela é incorporada ao discurso também como elemento capaz de “fazê-la expressão de um ponto de vista único e imutável” (VOLOCHÍNOV, 2013, p. 200) e, por isso, de monologizar. As forças centrípetas são responsáveis por estabilizar o discurso, torná-lo homogêneo, monologizado, ou seja, é responsável por ocultar o conflito, a luta de classes. Já as forças centrífugas são responsáveis por relativizar, pela instabilidade, pela heterogeneidade e por invocar a contradição.

No enunciado de 2010, o sentido é diferente dos demais, pois ao contrário de receber benefícios, a palavra *país* está empregada como sentido de algo prejudicado, caso a educação não resulte em *recursos humanos qualificados*. O que o conjunto de enunciados nessa tabela apontam é que o *país* pode se beneficiar ou prejudicar-se dependendo de como

atende ou não a agenda da competitividade. E com isso, *todos* se beneficiarão ou serão prejudicados. A intenção desse tipo de discurso é de coesão e consenso.

Um dos principais diagnósticos que os documentos trazem é o de afirmar os avanços na universalização da educação básica não são suficientes para garantir a formação defendida pela CNI. O quadro abaixo mostra como esse argumento é reiterado ao longo dos documentos:

QUADRO 2 - Universalização da educação básica

1998	As políticas de universalização do atendimento no ensino fundamental produziram resultados muito significativos nesta década. [...] Estes dados indicam que o problema no ensino fundamental reside mais na qualidade do ensino oferecido, para permitir a permanência e o sucesso do aluno na escola, do que na oferta de vagas. (CNI, 1998, p. 54).
2002	Promover a universalização do ensino fundamental com qualidade (CNI, 2002, p. 65).
2006	O País tem o desafio de concluir o processo de universalização da educação básica e, sobretudo, melhorar a qualidade da educação, equiparando-a aos níveis dos países desenvolvidos (CNI, 2006, p. 131)
2010	O País praticamente concluiu o processo de universalização da educação fundamental. [...] Persiste, porém, um grave problema: apenas 50,4% desses jovens estavam cursando o ensino médio em 2008 (CNI, 2010, p.153)
2014	Neste documento, a CNI não trata da universalização
2018	Os esforços empreendidos na área educacional, nas últimas décadas, resultaram em algumas importantes conquistas em termos de acesso, mas não conseguiram equacionar problemas relacionados à qualidade do ensino, tampouco assegurar a universalização das matrículas no Ensino Médio. O ano de 2017 foi marcado por importantes acontecimentos na educação, entre os quais se destacam a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e a promulgação da Lei 13.415/2017, que reforma o Ensino Médio. Essas políticas públicas apontam perspectivas de mudança favoráveis, abrindo oportunidades e desafios a serem enfrentados para que se consiga avançar no desenho de uma nova matriz educacional (CNI, 2018, p. 14)

Elaboração própria com base em: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (1998, 2002, 2006, 2010, 2014, 2018), grifos no original.

A repetição de um mesmo padrão enunciativo, como já mencionado anteriormente, é uma estratégia de coesão. Em todos esses enunciados há um objetivo a ser alcançado que é o de concluir a universalização da educação básica. Para isso, o enunciado valoriza a sua ampliação e afirma que ela é insuficiente. Para a CNI, a insuficiência da universalização

está atrelada ao fato de que a baixa qualidade da educação perdura apesar da ampliação das matrículas.

O discurso da agenda da competitividade emprega os mesmos signos ideológicos com funções distintas, atuando por vezes como objetivo, outras como justificativa ou como meio de alcançar o que almeja. Isso ocorre, pois, o caráter ideológico e ideologizante da agenda da competitividade se nutre de palavras que possuem plurivalência em sua essência, já que é o contexto social de uma época que determina os índices de valor contraditório em um mesmo signo. A plurivalência social do signo está associada à compreensão de que diferentes classes sociais utilizam da mesma língua. Tal ponto se conecta como uma observação teórica feita por Bakhtin (2014, p. 48): “o signo, se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade”.

No documento de 2018, diferentemente dos documentos anteriores, a democratização do acesso à educação básica é caracterizada como insuficiente por não ter se traduzido em ganhos de qualidade, a BNCC é apresentada como a oportunidade de mudanças. Ao mesmo tempo que essa política é encarada como oportunidade, no mesmo enunciado e com sentido divergente, é apontada como desafio a ser enfrentado, consolidando-se em um campo de disputa.

O elo discursivo entre o diagnóstico e o entusiasmo com a aprovação da BNCC está no debate sobre a qualidade educacional, pois segundo a entidade a aprovação é favorável a mudanças que resolveriam o problema da qualidade. No discurso da CNI, o aumento da qualidade educacional está sempre atrelado às métricas impostas pela agenda da competitividade global por meio de testes padronizados. A elevação da qualidade só será assimilada se o resultado em testes padronizados mostrarem um crescimento quantitativo nos resultados da avaliação - nenhum indicativo qualitativo é considerado.

A BNCC é vista pela CNI como uma iniciativa que permitirá ao país obter melhor resultados nos testes, adequando, assim, a política educacional brasileira às exigências curriculares impostas globalmente. Em termos objetivo, pragmático e utilitarista, para a entidade, a BNCC até pode resultar em ganhos quantitativos de qualidade, mas com a condição de que o currículo escolar esteja totalmente subordinado à ideologia da competitividade e adequado ao conteúdo dos testes internacionais padronizados responsáveis por ranquear a competitividade dos países. É importante frisar que a CNI incorpora a agenda global e se apresenta como difusora nacional dessa agenda, que se encontra, por sua vez, subordinado aos imperativos do capital global.

A especificidade da educação escolar, na agenda da competitividade, é o de impulsionar o aumento da produtividade e o de assegurar o crescimento econômico, como é possível visualizar no quadro abaixo:

QUADRO 3 - Função da educação formal

Elaboração própria com base em: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (1998, 2002, 2006,

1998	[...] a educação básica assume um papel estratégico para o desenvolvimento das empresas e de uma economia competitiva (CNI, 1998, p. 54)
2002	O padrão de crescimento que se espera da economia brasileira depende fundamentalmente da educação e do conhecimento (CNI, 2002, p. 11)
2006	A educação é uma das vertentes fundamentais para o crescimento da economia , seja pelo efeito direto sobre a melhoria da produtividade do trabalho – formação de trabalhadores mais eficientes, capital humano – seja pelo aumento da capacidade do país de absorção e geração de novas tecnologias (CNI, 2006, p. 132).
2010	A educação básica é a base do processo da formação de recursos humanos . Para aprender uma profissão e acompanhar mudanças tecnológicas é preciso que se tenha adquirido uma boa capacidade de leitura, matemática, de interpretação e de raciocínio lógico (CNI, 2010, p. 153)
2014	A educação eleva a produtividade . Por isso, o maior desafio do sistema educacional formal e profissional brasileiro é o de preparar os jovens e adultos para um mercado de trabalho em profunda mutação tecnológica e organizacional (CNI, 2014, p. 133)
2018	A educação e a formação da mão de obra exercem impactos significativos sobre o crescimento econômico . Há correlações positivas entre a qualidade do ensino, as competências e habilidades, o desempenho das empresas e os retornos obtidos no mercado de trabalho (CNI, 2018, p. 13)

2010, 2014, 2018), grifos meus.

Nesses enunciados selecionados para demonstrar como a CNI concebe a função da educação escolarizada, são identificados os signos ideológicos que são, também, termos que orbitam em torno da competitividade na relação com o campo educacional. Em termos de conteúdo, ainda que as palavras utilizadas em cada documento se alteram, os sentidos permanecem os mesmos, pois competitividade é um termo fulcro que reproduz o idêntico.

A construção enunciativa parte da compreensão do lugar que a educação tem na implementação da agenda da competitividade. Esse lugar é qualificado sempre mostrando o seu caráter prioritário e determinante para o desenvolvimento e o crescimento econômicos e para o aumento de produtividade, que nesse tipo de agenda, são praticamente sinônimos de competitividade. O enunciado de 2002 inverte a organização enunciativa, partindo do crescimento econômico para chegar à constatação de que isso depende fundamentalmente da educação.

Para a CNI, os três pontos centrais de disputa sobre os caminhos da política educacional são: ensino médio, educação profissionalizante e ensino superior. É sobre eles que passo a discutir agora.

QUADRO 4 – Demanda para o Ensino médio

1998	Expandir a oferta de ensino médio em articulação com a educação tecnológica e a formação profissional (CNI, 2018, p. 16).
2002	É cada vez mais evidente a intercomplementaridade da educação profissional com a educação básica (CNI, 2002, p. 66).
2006	Estimular o ensino técnico pós-ensino médio – cursos superiores de curta duração, de tecnologia e sequenciais (CNI, 2006, p. 141)
2010	Rever a concepção do ensino médio com foco no ensino de leitura, escrita e literatura; matemática e ciências (CNI, 2010, p. 13).
2014	Oferecer a opção do ensino médio articulado com a educação profissional pode ser um caminho promissor para a expansão da oferta de jovens capacitados (CNI, 2014, p. 134).

Elaboração própria com base em: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (1998, 2002, 2006, 2010, 2014, 2018), grifos meus.

O papel que o ensino médio ocupa no projeto da agenda da competitividade é o de formar trabalhadores para a inserção produtiva. A partir disso, a entidade mantém um padrão enunciativo relativamente estável em todos os documentos. A articulação entre ensino médio e educação profissional/profissionalizante discursivamente se afastam e se aproximam, dependendo do momento. Sobre esse ponto, segue a discussão:

QUADRO 5 – Demanda para a educação profissionalizante

1998	Reestruturar os currículos de formação profissional técnica e superior. Incorporando aspectos essenciais para a difusão e geração tecnológica, tais como o uso intensivo da informática, o fomento à prática de pesquisa aplicada, da gestão tecnológica e da engenharia não rotineira (sistemas de qualidade, gestão de meio ambiente, controle estatístico, etc.) (CNI, 1998, p 80)
2002	Definir programas de qualificação profissional, com ações destinadas a suprir as deficiências de educação básica e fundamental. Enfatizar, nos cursos de educação básica e fundamental, o desenvolvimento de habilidades e competências voltadas para o trabalho (trabalho em equipe, leitura e interpretação de textos objetivos, dados e gráficos). Apoiar os programas de formação profissional desenvolvidos pelo setor privado. (CNI, 2002, p. 100).
2006	Fortalecer a educação profissional (CNI, 2006, p. 141).

2010	Estimular o crescimento da oferta de cursos de ensino médio profissionalizante (CNI, 2010, p. 13).
2014	Cursos com conteúdo e prática alinhados com as necessidades do mercado e métodos pedagógicos e recursos didáticos modernos e atualizados são condições para atrair jovens para a formação profissional, em especial para os que buscam alternativas para adentrarem mais rapidamente no mercado de trabalho. Oferecer a opção do ensino médio articulado com a educação profissional pode ser um caminho promissor para a expansão da oferta de jovens capacitados (CNI, 2014, p. 138).
2018	É preciso eleger a educação profissional como agenda estratégica. Pesquisa da PUC-Rio (...) demonstra que, entre dois indivíduos com a mesma escolaridade, aquele que optou pela educação profissional terá 18% a mais de renda. Além disso, várias carreiras técnicas competem com formações de nível superior em termos salariais (CNI, 2018, p. 20).

Elaboração própria com base em: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (1998, 2002, 2006, 2010, 2014, 2018), grifos meus.

A educação profissional ou profissionalizante é uma demanda histórica da CNI. Considerando o período delimitado desta pesquisa, é possível perceber que as mudanças que foram ocorrendo na política educacional brasileira, encontram-se manifestas discursivamente nas demandas da entidade. Em 1998, a demanda para o ensino profissionalizante estava articulada com o ensino superior e, em termos de conteúdo, destacava as reivindicações pela formação que contemplassem o uso da internet, marco de desenvolvimento tecnológico daquele período. Em 2002, a demanda da educação profissional estava destinada a suprir *as deficiências de educação básica e fundamental* e se fazia já presente nas reivindicações da CNI a articulação entre habilidades e competências e mercado de trabalho. Também era demandado apoio governamental aos programas de formação desenvolvidos pelo *setor privado*. Em 2006, a demanda estava condensada no enunciado *fortalecer a educação profissional*. A escolha da palavra fortalecer e a brevidade de apresentação da demanda demonstravam que a entidade se sentia de algum modo contemplada em relação a este tema. Já em 2010, o verbo empregado era *estimular* e se relacionava ao crescimento da oferta de *cursos de ensino médio profissionalizante*. A demanda pela articulação entre ensino médio e educação profissionalizante se apresentava discursivamente aqui de forma mais explícita. Essa demanda ganha ainda mais força no documento de 2014.

No documento de 2018, a disputa pela concepção e conteúdo curriculares se desenvolve com mais força. Isso se deve, prioritariamente, à aprovação da BNCC nos diferentes níveis da educação básica. A articulação entre ensino médio e ensino profissionalizante sofre uma redefinição que impacta o vocabulário da agenda da competitividade. Ao utilizar nesse enunciado o verbo *eleger*, o discurso assume que há uma escolha a ser feita e defende uma posição. A escolha do verbo *eleger*, em um documento

destinado aos presideciáveis, é propositalmente inserida no texto, sugerindo assim que o projeto eleito para o executivo do país deve ser aquele que priorizará a educação profissional.

Para defender a eleição da educação profissional como agenda estratégica para o país, a CNI não o faz, discursivamente, com base nos interesses próprios de classe. O argumento utilizado é o de que esse tipo de agenda será responsável pelo aumento da renda da classe trabalhadora. A escolha por “aumento de renda” e não por “aumento de salários” é para aludir a uma demanda da classe trabalhadora, porém o seu sentido é mais amplo, pois “renda” refere-se à soma de remunerações. O sentido de renda no projeto da CNI apresenta-se vinculado à ideologia do empreendedorismo, da flexibilização e da meritocracia, que concebe a responsabilização do sucesso ou insucesso como sendo uma atribuição ou condição individual.

Neste enunciado, o aumento de renda configura-se como um valor único – como uma demanda historicamente pertencente à classe trabalhadora e como um objetivo da burguesia industrial – e é isso que Bakhtin (2014, p. 48) define como a tentativa de tornar o signo monovalente, ao “conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava”.

As demandas elaboradas e apresentadas pela CNI são resultado da correlação de forças internas da entidade, da pressão dos setores com maior capital político e pertencentes a determinadas regiões do país, e das pessoas que compõem as diretorias das diferentes áreas de atuação, pois elas são as responsáveis por escrever os documentos e aglutinar as propostas. Cada documento prioriza e secundariza de forma distinta temas de interesse da agenda da competitividade

Enquanto o documento de 2010 apontava que deviam crescer a oferta de *cursos de ensino médio profissionalizante*, o documento posterior, de 2014, já complexificava essa demanda, ao definir que devia ser *oferecida a opção do ensino médio articulado com a educação profissional*. Ao propor essa opção, estava implícito que a oferta se destinava à capacitação de jovens. Não se falava em crescimento, mas em oportunizar a todos, principalmente aos *que buscam alternativas para adentrarem mais rapidamente no mercado de trabalho*. Quem tem a necessidade de ingressar rapidamente no mercado de trabalho, muitas vezes antes mesmo da conclusão da educação básica, são os filhos das camadas inferiores da classe trabalhadora.

Sobre as demandas do ensino superior, dois quadros ilustram as disputas sobre essa modalidade de educação. O primeiro refere-se aos objetivos que o ensino superior deve atender na agenda da competitividade. O segundo ilustra o projeto privatista defendido pela entidade para as universidades.

QUADRO 6 - Demanda para o Ensino superior

1998	Ampliar substancialmente a contribuição da universidade para o desenvolvimento da competitividade industrial , tanto através dos programas de formação e aperfeiçoamento quanto das pesquisas tecnológicas e projetos cooperativos (CNI, 1998, p. 56).
2002	Rever a legislação para permitir e fomentar o uso dos recursos da infraestrutura pública de pesquisa em projetos de desenvolvimento das empresas . Criar legislação adequada e instrumentos de apoio à constituição de empresas de base tecnológica oriundas de projetos de desenvolvimento nas universidades e instituições de pesquisa. Estabelecer mecanismos de recompensa às atividades dos pesquisadores públicos associados à produtividade em pesquisa aplicada . Utilizar como um dos principais critérios de distribuição de recursos públicos, inclusive orçamentários, o desempenho na prestação de serviços de pesquisa ao setor produtivo . (CNI, 2002, p. 64)
2006	Definir novos sistemas de financiamento para as Universidades . Distribuir recursos para a educação superior com base no desempenho . Estimular a interação universidade-empresa, sobretudo no que tange à pesquisa colaborativa . (CNI, 2006, p. 141)
2010	Substituir a gratuidade universal das universidades públicas por bolsas de estudo baseadas no nível de renda e no desempenho do aluno ; Distribuir recursos públicos para a educação superior com base no desempenho das instituições de ensino ; Flexibilizar a obrigatoriedade em educação, pesquisa e extensão. Permitir que as instituições de ensino superior se dediquem a funções mais ligadas a sua vocação, recurso e necessidade regionais; Eliminar os entraves legais que dificultam a interação instituição pública de ensino-empresa ; Estimular a interação instituição pública de ensino-empresa ; Estimular a oferta de cursos de tecnologia de curta duração; Estimular a oferta de cursos voltados para o mercado de trabalho ; Adequar os conteúdos programáticos aos requisitos da sociedade do conhecimento (CNI, 2010, p. 164).
2014	Estreitar laços de cooperação entre universidades e empresas (CNI, 2014, p. 220)
2018	Revisar a política de financiamento à educação, tornando mais equilibrada a relação entre os investimentos nos níveis básico e superior . Não se trata, nesse caso, de reduzir os dispêndios da Educação Superior, mas adequar os dispêndios da Educação Básica ao número de alunos atendidos (CNI, 2018, p. 35).

Elaboração própria com base em: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (1998, 2002, 2006, 2010, 2014, 2018), grifos meus.

Nos seis documentos, as proposições para o ensino superior possuem o objetivo de alinhar a oferta dos cursos de nível superior às necessidades do setor produtivo local. Para tanto, constroem-se estratégias discursivas para impulsionar as proposições de ações bem delimitadas que o governo deve adotar. Dentre essas ações propostas, destaca-se a reivindicação de que toda a infraestrutura das universidades, dos centros de pesquisa, dos laboratórios deve estar subordinada aos imperativos para o desenvolvimento da indústria brasileira. Essa é uma das formas de privatização da educação, pois ela atenderia aos interesses particulares de um segmento produtivo, alocando recursos públicos para beneficiar instituições e pesquisadores que melhor atendessem a esses objetivos, e deixando à míngua cursos que não são de interesse da indústria, principalmente os cursos das ciências humanas.

Em três dos documentos estudados, a contrariedade ao ensino superior público gratuito faz-se presente sob a alegação de que a realocação dos *gastos sociais e recursos públicos* destinados ao ensino superior para a educação básica e para bolsas de desempenho escolar e acadêmico, resultariam na promoção de *justiça social*. Nos documentos de 2006 e de 2010, a CNI reivindica o *fim* e a *eliminação* da educação superior pública e gratuita.

QUADRO 7 – Gratuidade do Ensino superior

2002	Teoricamente, os orçamentos para os gastos sociais têm um destino neutro e universal, beneficiando igualmente pobres e ricos. Mas na prática, uma grande proporção acaba sendo apropriada pelas pessoas de renda mais alta. Dentre os inúmeros exemplos, cita-se o caso das universidades públicas, caras para o Estado e gratuitas para alunos que, em sua maioria, cursaram escolas de ensino médio caras e de boa qualidade (CNI, 2002, p. 135)
2006	O fim da Educação Superior (ensino universitário) pública gratuita , com o repasse dos recursos poupados para a educação básica, é uma medida de justiça social e eficiência (CNI, 2006, p. 138).
2010	Como os recursos são limitados, uma medida eficiente e justa socialmente seria a eliminação da educação superior pública gratuita , seguida pelo repasse dos recursos poupados para a educação básica (CNI, 2010, p. 160)

Elaboração própria com base em: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (2002, 2006, 2010), grifos meus.

A CNI parte da afirmação de que *os recursos são limitados e que por isso deve-se dar prioridade para a educação básica*, não há demanda pelo aumento dos recursos, nem equiparação entre as modalidades. Essa primeira frase é a justificativa para apresentar uma solução: o fim da educação superior pública e gratuita. O enunciado aponta como consequência, que a educação básica passaria a receber esse valor *poupado*. E que essa seria uma medida de *justiça social e eficiência*, pois, na visão industrial, o ensino superior

público e gratuito estaria beneficiando as classes mais altas, porém a CNI nunca sinalizou nesses documentos qualquer proposta que envolvesse democratizar o acesso ao ensino superior. A solução é permitir que as classes média e alta paguem pela educação de qualidade e que, através de bolsas de desempenho, algumas pessoas das classes mais baixas consigam o ingresso na mesma instituição de ensino. O termo justiça social, empregado junto de eficiência, é uma força centrífuga que desestabiliza o discurso da competitividade, pois traz para si o discurso opositor.

Em suma, o projeto educacional da CNI, via agenda da competitividade, tem o propósito de vincular o ensino médio ao ensino profissionalizante e o ensino superior às demandas para o mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontam os estudos do Círculo Bakhtiniano, a classe dominante procura ocultar discursivamente a existência da luta de classes, imprimindo caráter supraclassista e expressando um ponto de vista único, fixo e imutável. Isso pode ser evidenciado nos discursos dos agentes hegemônicos globais e também da CNI, quando se observa o modo como procuram forjar os sentidos de imparcialidade e de caráter técnico para perseguir o consenso.

O objetivo da agenda da competitividade é a consolidação e a manutenção da hegemonia política frente ao Estado brasileiro. Como já apontava Gramsci (2000b, p.15):

se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar condições mais favoráveis à expansão da própria classe [...].

Para a expansão da própria fração classe, a CNI, enquanto aparelho privado de hegemonia, elabora e apresenta a agenda da competitividade como um projeto de país, utilizando recursos discursivos capazes de ocultar os interesses particulares da fração de classe industrial, de forjar coesão e consenso. Para isso, manipula o uso das forças centrífugas e centrípetas dos discursos, sendo que a força centrípeta é a responsável pela unidade ideológica do discurso. O interesse desse artigo foi compreender *como* é construído discursivamente a agenda da competitividade para a política educacional, para analisar como essa ideologia se torna hegemônica.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da Criação Verbal**. 6 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2014a.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch **Questões de Literatura e de Estética**: a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 2014b.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Competitividade e crescimento**: a agenda da indústria. Brasília: CNI, 1998.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **A indústria e o Brasil**: uma agenda para o crescimento. Brasília, 2002.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Crescimento**: A visão da indústria. Brasília: CNI, 2006.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **A indústria e o Brasil**: uma agenda para crescer mais e melhor. Brasília: CNI, 2010.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Propostas da indústria para as eleições 2014**. Brasília, CNI, 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Educação**: a base para a competitividade. - Brasília: CNI, 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benitto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

MENDONÇA, Sonia. R. de. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. **Marx e o Marxismo**, v. 2, p. 27-43, 2014.

VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaevich. **A Construção da Enunciação e Outros Ensaios**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2013.

NOTAS

* Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal da Fronteira Sul. Foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC. É membro do Laboratório bakhtiniano de estudos do discurso, das expressões artísticas e da educação. E-mail: ferwillers@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6993-4878>.

Recebido em 30 de maio de 2022

Aceito em 6 de junho de 2022

Editado em junho de 2022